

Apoio



Editorial

**Humanização da Terra
Uma Nova Visão**

Com a constante evolução natural, chegamos ao estado atual, quando esta evolução começa a assumir uma aceleração fora do padrão com relação ao conhecimento e tecnologia. Passa a ser cada vez mais necessário e urgente que esta evolução seja acompanhada de uma Humanização, de uma nova consciência da humanidade com relação ao planeta. Mas, aparentemente, vemos sinais neste sentido, embora ainda débeis.

Temos uma só Terra, com recursos naturais limitados e uma biosfera sensível e degradável. Para que possamos continuar a usá-la ao longo da história futura, temos que a tratar adequadamente e dentro de limites.

Os problemas concernentes às inter-relações da humanidade com a natureza e a utilização dos recursos naturais são cada vez mais urgentes. Isto é compreensível. Na medida em que se desenvolvem a produção e se extraem mais recursos naturais, aumenta o custo destas matérias primas obtidas e cresce a quantidade de refugos que se lança no meio ambiente.

Por outro lado, não seria admissível buscar a solução do esgotamento dos recursos naturais e da degradação do meio com a estagnação do crescimento ou do desenvolvimento tecnológico. Temos que usar da força criadora da raça humana e buscar novas soluções, pois a tendência ao desenvolvimento é inata e se constitui uma verdadeira vaga incontrolável.

A saída é o uso de novas formas de energia e o conhecimento das camadas interiores do planeta, ainda praticamente desconhecida, com estudos limitados a 10 quilômetros de profundidade, bem como uma extrema racionalização de todas as etapas da produção - desde a extração até a elaboração e obtenção do produto terminado, e as etapas do consumo - tornando possível a utilização realmente econômica de qualquer recurso natural, e desta forma alargar o máximo possível os prazos de existências dos recursos disponíveis.

Continua na página 2. ▶



Enéas Cardoso
de Almeida Filho
Presidente

Artigo

**Enchentes: é preciso
adensar as cidades**

Este é o sexto e último artigo de uma série de textos dedicados à demonstração da importância das medidas não estruturais no combate às enchentes urbanas. Esses textos estão concebidos para, o mais didaticamente quanto o espaço permite, demonstrar a imperiosa necessidade da adoção de uma nova cultura técnica para a gestão dos problemas urbanos e orientar ações que podem perfeitamente ser adotadas pela sociedade e pelas administrações públicas e privadas desde já, por sua simples deliberação, sem nenhuma necessidade burocrática que as desestimule a tanto.

Com os cinco primeiros artigos tratamos dos bosques florestados, da se-rapilheira, das calçadas e valetas drenantes, dos reservatórios domésticos e empresariais de águas de chuva, do binômio maldito erosão/assoreamento e dos pátios, estacionamentos e pavimentos drenantes; hoje trataremos da expansão das cidades. Com esse artigo procuraremos mostrar que dados os altíssimos custos ambientais, sociais e econômicos do espraiamento geográfico de nossas médias e grandes cidades e metrópoles, impõe-se a necessidade de superarmos velhos preconceitos culturais que têm dificultado uma avaliação tecnicamente imparcial e equilibrada da alternativa de maior adensamento urbano.

Mas antes vamos recuperar o que, no primeiro artigo, já foi esclarecido sobre as principais causas das enchentes urbanas. E vamos todos também saber que as medidas não estrutu-



rais são aquelas que, inteligentemente, atacam diretamente as causas das enchentes e não somente suas consequências.

Sobre as principais causas de nossas enchentes urbanas não há hoje mais a menor dúvida sobre quais sejam: a impermeabilização generalizada da cidade, o excesso de canalização de cursos d'água e a redução da capacidade de vazão de nossas drenagens pelo volumoso assoreamento provocado pelos milhões de metros cúbicos de sedimentos que anualmente provém dos intensos processos erosivos que ocorrem nas frentes periféricas de expansão urbana.

Esse quadro determina o que podemos chamar a equação das enchentes urbanas: "Volumes crescentemente maiores de água, em tempos sucessivamente menores, sendo escoados para drenagens naturais e construídas progressivamente incapazes de lhes dar vazão".

Continua na página 3. ▶

**Confraternização
da Abenc-BA**

2



5

Bahia sediará
18° CBENC

Expediente**Informativo**Associação Brasileira
de Engenheiros Civis

Fundada em 18 de agosto de 1986

Avenida ACM, 771
Edf. Empresarial Torre do Parque,
sala 1.208 Itaigara - Salvador - Bahia
CEP 41.800-700
Tels.: 71 3354 4776
www.abenc-ba.org.br
abenc@abenc-ba.com.br

Conselho DiretorEnéas Cardoso de Almeida Filho
*Presidente*Raimundo Pereira Borges
*1º Vice-Presidente*Valter Souza Moraes Sarmiento
*2º Vice-Presidente*Dalcy Rodrigues da Costa Sobrinho
*1º Secretário*Adalberto Torres de Azevedo
*2º Secretário*Manuel Segura Martinez
*1º Tesoureiro*Edson Eli Almeida Lima
*2º Tesoureiro***Conselho Fiscal**Gerinaldo Costa Alves - *Presidente*Ayrton Sá de Faria - *Titular*Paulo La Macchia - *Titular*Rita de Cássia Leal Sales - *Suplente*Rosa Palmira Aires - *Suplente*Carlos Marden do Valle Passos - *Suplente***Conselheiros da ABENC-BA no CREA-BA**

Enéas Cardoso de Almeida Filho

Rute Carvalhal Borges

Grace Monteiro Braga

Valter Souza Moraes Sarmiento

Franklin Wirz Leite Filho

Suplentes

Orlando de Almeida Fraga

João Pinheiro dos Santos Filho

Paolo La Macchia

Marcelo Cajado Sampaio

Sebastião Nívio Silva Santos

Informativo ABENC-BA*Jornalista Responsável*

José Pacheco Maia Filho - MTb 1521

Projeto Gráfico e Edição

Luca Pedreira

Tiragem 10.000 exemplares

Continuação do Editorial**Humanização da Terra
Uma Nova Visão**

Em paralelo ao uso racional são de extrema importância o controle e a quantificação da contaminação da produção. Estes dados, sistematizados, servem para elaborar estudos acerca da magnitude do dano social e econômico causado pelos distintos tipos de bens de consumo. Quanto ao dano social devem ser controlados os que afetam a saúde da população, com incremento das enfermidades e dos tumores malignos, sujeitos à influência de substâncias cancerígenas.

Pode-se estabelecer o dano social que resulta da má produção, do mau uso do solo e da contaminação por substâncias nocivas, infringidos à agricultura, à silvicultura e à pesca, com a redução da atividade extrativista, redução da biodiversidade, dos cardumes, aumento da desertificação e da erosão, e acréscimo do custo da produção da água potável, sem deixar de lado os gastos relativos à mobilidade da população, com os gastos com pre-

venção, tratamento e medicação, e internações hospitalares. O dano social engloba também a degradação da paisagem, redução das áreas de lazer e superpopulação dos centros urbanos.

Estes fatos devem suscitar um lento e progressivo estado de consciência. Da consciência de grupo étnico e classe social, devemos passar para a consciência mais global de espécie humana. Uma grande família de representantes da biodiversidade, onde cada um deve se perguntar sobre qual é a sua função, tomar consciência e se posicionar humanamente dentro das diferenças étnicas, culturais e religiosas, para ultrapassar essa etapa, direcionando a um futuro consistente e sustentável. Ou controlamos nossas ações de atividades destrutivas do meio-terra ou viveremos extrema escassez futura.

Enéas Cardoso de Almeida Filho
Presidente

**Confraternização de final
de ano da Abenc-BA**

Como ocorre anualmente, a ABENC-BA reúne seus associados para um momento de reencontro e confraternização entre os mesmos e para homenagear engenheiros civis que se destacaram ao longo do exercício da profissão.

Neste ano, o encontro se dará na Churrascaria Sal e Brasa, às 12h30 do dia 03/12/2011.

O almoço será sem custo para os associados e convidados, exceto bebidas de qualquer natureza.



Continuação da Matéria de Capa

Enchentes: é preciso adensar as cidades

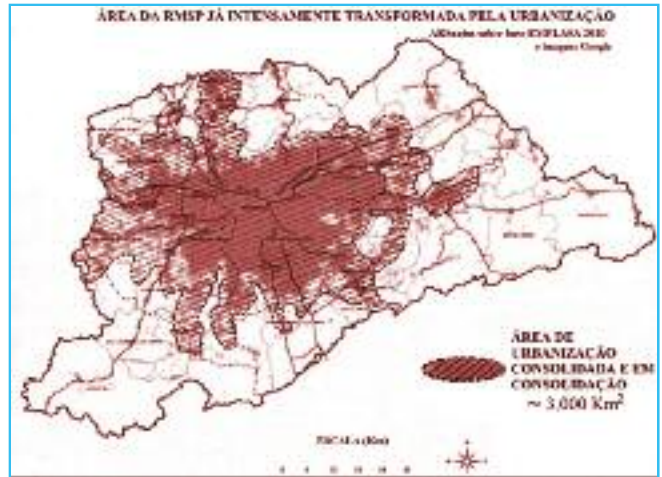
Para se ter uma idéia da dimensão desse problema da impermeabilização considere-se que o Coeficiente de Escoamento - índice que mostra a relação entre o volume da chuva que escoam superficialmente e o volume que infiltra no terreno - na cidade de São Paulo está em torno de 80%; ou seja, 80% do volume de uma chuva escoam superficialmente comprometendo rapidamente o sistema de drenagem. Em uma floresta, ou um bosque florestado urbano, acontece exatamente o contrário durante um temporal, o Coeficiente de Escoamento fica em torno de 20%, ou seja, cerca de 80% do volume das chuvas é retido.

E para se ter idéia do perverso efeito do binômio erosão/assoreamento saiba-se que é responsável por reduções de até 80% da capacidade de vazão das drenagens urbanas.

Diante de um cenário assim colocado, qual seria a providência mais inteligente e imediata para combater as enchentes (e que estranhamente as administrações públicas, todas muito simpáticas às grandes obras e aos seus impactos político-eleitorais, não adotam)? Claro, sem dúvida, concentrar todos os esforços em reverter a impermeabilização das cidades fazendo com que a região urbanizada recupere ao menos boa parte de sua capacidade original de reter as águas de chuva, seja por infiltração, seja por acumulação. Concomitantemente,

promover um intenso combate técnico à erosão provocada por obras pontuais ou generalizadas de terraplenagem, reduzindo com isso o fantástico grau de assoreamento do sistema de drenagem. Ou seja, fazer a lição de casa, parar de errar. Parece fácil, mas não é. Essa mudança de atitude exigirá uma verdadeira revolução cultural na forma como todos, especialmente nossa engenharia e nosso urbanismo, até hoje têm visto suas relações com a cidade.

Tomada a decisão dessa mudança cultural, haverá à mão, inteiramente já desenvolvido, um verdadeiro arsenal de expedientes e dispositivos técnicos para que esse esforço de redução do escoamento superficial das águas de chuva seja coroado de sucesso: calçadas e sarjetas drenantes, pátios e estacionamentos drenantes, valetas, trincheiras e poços drenantes, reservatórios para acumulação e infiltração de águas de

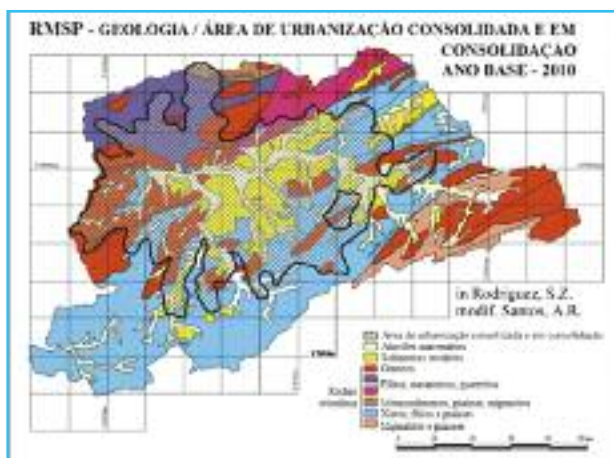


Na verdade, a área total já intensamente modificada pela urbanização, seja com urbanização consolidada, seja em adiantado processo de consolidação, já é bem maior do que a mancha urbana normalmente considerada. Sua extensão total já atinge a ordem de 3.000 Km². Impõe-se como nunca a necessidade de superarmos velhos preconceitos culturais que têm dificultado uma avaliação tecnicamente isenta e equilibrada da alternativa de maior adensamento urbano

AUMENTO DA VAZÃO COM A URBANIZAÇÃO VAZÕES DE PROJETO NO CEBOLÃO

1894	174 m ³ /s
1925	400 m ³ /s
1968	650 m ³ /s
1986	1.148 m ³ /s
1995	1.350 m ³ /s

Variação dos valores das vazões de projeto no trecho do Cebolão progressivamente assumidos para o dimensionamento de obras hidráulicas no Tietê diante do aumento da área urbanizada



A menos das cores amarelas, que representam sedimentos quaternários e terciários, todas as outras cores indicam terrenos cristalinos com solos de alta suscetibilidade à erosão e topografia progressivamente mais acidentada. A linha cheia mostra o avanço da urbanização sobre esses terrenos geologicamente mais vulneráveis.

chuva em prédios, empreendimentos comerciais, industriais, esportivos, de lazer, multiplicação dos bosques florestados, ocupando com eles todos os espaços públicos e privados livres da cidade.

Mas além desse conjunto de medidas diretamente associadas ao objetivo comum de reter ao máximo as águas de chuva, seja por infiltração, seja por acumulação temporária, cumpre decidir mais abrangentemente sobre a forma de

crescimento das cidades, pois que as opções para tanto adotadas têm direta relação com as condições gerais da drenagem urbana.

Diferentemente do mundo desenvolvido, onde prevalecem cidades de crescimento nulo ou extremamente baixo, o que circunscreve e facilita tremendamente sua administração, nós temos o encargo adicional de administrar a cidade e seu crescimento. Ou seja, cabe-nos, adicionalmente, o ônus do crescimento.

E é no crescimento das cidades onde, desafortunadamente, mais drasticamente se observam as danosas conseqüências da ausência de uma regulação técnica mais efetiva do uso do solo. A forma quase espontânea que tem caracterizado a expansão de nossas cidades tem por décadas sustentado a tendência ao

Continuação da Matéria de Capa

espraiamento horizontal, o crescimento a partir de suas fronteiras rurais periféricas. Os últimos censos demográficos mostram que se nas áreas mais centrais e bairros mais consolidados de nossos grandes centros urbanos a população inclina-se se estabilizar, nas zonas periféricas de expansão observa-se crescimento populacional que chega a a taxas de até 10% ao ano.

Estudos recentes levados a efeito pela FAU-USP mostram que entre 1986 e 2008 a área urbanizada da RMSP passou de 1.473,70 km² para 1.766,50 km², o que significou um incremento de 292,80 km². Por direta decorrência foram totalmente subtraídos, especialmente nas faixas periféricas de expansão, 113 km² de áreas vegetadas.

Na verdade, a área total já intensamente modificada pela urbanização, seja com urbanização consolidada, seja em processo de consolidação, já é bem maior do que a mancha urbana normalmente considerada. Tendo como base o ano de 2010 sua extensão total já atinge a ordem de 3.000 km², o que do ponto de vista ambiental e hidrológico tem enorme significado.

Do ponto de vista ambiental, seguidas áreas verdes vão dando lugar à ocupação urbana, mananciais de água vão sendo severamente comprometidos, áreas de risco e processos erosivos vão se instalando, alterações climáticas locais ganham expressiva e preocupante dimensão. Do ponto de vista hidrológico o espra-



O espraiamento geográfico da Região Metropolitana de São Paulo a Sul sobre topografias progressivamente mais acidentadas. Aumento da área impermeabilizada, comprometimento de mananciais, multiplicação de áreas de risco e de processos erosivos. Foto ARSantos

amento horizontal tem resultado em uma sobrecarga considerável para o sistema de drenagem urbana, na medida que, com a ocupação urbana, seguidas novas áreas passam a gerar incrementos de águas superficiais de escoamento. Do ponto de vista logístico o fenômeno implica em enormes dificuldades para o deslocamento de pessoas e mercadorias, com direta repercussão na qualidade do ar.

Importante considerar que em termos comparativos com o mundo desenvolvido, nossas grandes cidades e metrópoles são muito pouco adensadas.

O fato é que, do ponto de vista da drenagem urbana, o espraiamento geográfico da cidade trás consigo a extensão da área impermeabilizada e pouco afeita à retenção de águas de chuva, além de potencializar os problemas decorrentes da comprometida combinação erosão/assoreamento. Considerado esse fato, não há dúvida da inteira conveniência de um esforço de planejamento urbano

voltado a um maior adensamento populacional, seja pela máxima verticalização de bairros que se mostrem para tanto adequados, seja pela plena ocupação de espaços vazios ainda existentes na região de urbanização já consolidada. Uma política de incentivos e

restrições certamente trará a eficácia necessária a um objetivo dessa natureza, e, na medida da inversão da atual tendência ao espraiamento geográfico, tornará mais factível a complexa e difícil missão de bem gerir as águas superficiais de nossas cidades.

Considere-se, entretanto, que uma política de adensamento urbano, seja por ocupação de espaços vazios, seja por verticalização de setores urbanos apropriados, não deve sacrificar a qualidade ambiental da cidade, para o que será essencial a preservação e multiplicação de espaços públicos verdes para

lazer e convívio dos cidadãos e a implantação dos mais diversos dispositivos para a retenção de águas de chuva, seja por infiltração, seja por acumulação. Ou seja, o adensamento desejado deve ser devidamente planejado, de forma a incorporar os atributos próprios da sustentabilidade ambiental.

Por outro lado, o principal vetor do crescimento urbano por espraiamento geográfico está na busca de moradias pela população de baixa renda compatíveis com seu precário orçamento familiar. Ou seja, a reversão dessa tendência exige a disponibilização de unidades habitacionais no interior de áreas já urbanizadas para essa população na mesma faixa orçamentária que ela hoje só encontra nas fronteiras urbano/rurais.

Fazer esse casamento entre a inibição do espraiamento geográfico e o adensamento urbano com qualidade ambiental, ou seja, combinar sustentavelmente uma maior densidade populacional com uma baixa ocupação predial do espaço, é o desafio que se coloca à ousadia e à criatividade de nossos arquitetos, urbanistas e planejadores públicos e privados.

Geól. Álvaro Rodrigues dos Santos
santosalvaro@uol.com.br

Consultor em Geologia de Engenharia,
Geotecnia e Meio Ambiente
Membro do Conselho de Desenvolvimento
das Cidades da Fecomércio



Espraiamento geográfico da RMSP a Norte sobre a Serra da Cantareira e morraria associada

17º CBENC - CARTA DO RECIFE

Após discussão do tema geral “Meio Ambiente Sustentável – Prevenção e Minimização de Catástrofes” e de outros assuntos de interesse da classe, os participantes do 17º Congresso Brasileiro de Engenheiros Civis (17º CBENC), promovido pela Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Engenheiros Civis (ABENC) e organizado por seu Departamento de Pernambuco (ABENC/PE), na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, de 16 a 19 de outubro de 2011, decidem:

a) EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL

1. Enfatizar a importância e a necessidade dos compromissos com a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento locais, regionais e nacional.
2. Recomendar observância dos conceitos de sustentabilidade nos empreendimentos de Engenharia Civil, independentemente do seu porte.
3. Recomendar ações e estudos no sentido de aperfeiçoamento dos critérios de avaliação e dos indicadores de sustentabilidade.
4. Defender maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo da inovação tecnológica para o setor da construção civil.
5. Apoiar iniciativas que busquem inovações e desenvolvimento tecnológico que favoreçam o uso racional da água, do solo e da energia.
6. Recomendar esforços no sentido de redução dos custos de construção, uso e manutenção das edificações mediante soluções alternativas, como aplicação de novos materiais, abastecimento com aproveitamento de água da chuva, suprimento de energia com eficiência e uso de energia solar.
7. Destacar a importância de aprimoramento dos processos construtivos com vistas a diminuir os impactos ambientais das obras de Engenharia Civil.
8. Recomendar soluções apropriadas para destino dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), visando minimizar os impactos na natureza.

9. Apoiar iniciativas voltadas ao aproveitamento e reciclagem dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

10. Estimular desenvolvimento tecnológico com foco na redução dos impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos da construção civil.

11. Recomendar ampliação da educação ambiental, a partir do ensino fundamental, com ênfase para a responsabilidade da sociedade em relação ao uso e consumo dos bens naturais.

b) EM RELAÇÃO A PREVENÇÃO E MINIMIZAÇÃO DE CATÁSTROFES

12. Alertar autoridades de municípios que possuam áreas de risco de catástrofes sobre a responsabilidade de evitar ocorrências e a necessidade de medidas preventivas, no sentido de resguardar vidas humanas e os patrimônios público e privado.

13. Contribuir para fortalecimento das Defesas Civas estaduais e municipais.

14. Enfatizar a importância do papel do Engenheiro Civil na avaliação, inspeção e liberação de áreas de risco, bem como na recuperação de áreas degradadas e na reconstrução emergencial, como, por exemplo, no restabelecimento provisório das condições de circulação e dos serviços públicos essenciais.

15. Defender maior participação dos Engenheiros Civis nos órgãos públicos encarregados de prevenir e atender catástrofes, por disporem dos recursos técnicos necessários tanto para prevenção como para atendimento emergencial, orientando intervenções nas áreas atingidas e minimizando riscos.

16. Recomendar obras de infraestrutura para evitar e controlar enchentes, em especial nas áreas urbanas.

17. Difundir informações sobre prevenção e redução de catástrofes para que a população tenha consciência das situações de risco e de seus efeitos nefastos.

18. Defender a criação de redes de

alerta, com orientação aos ocupantes de áreas de risco quanto a possíveis ocorrências, e a adoção de medidas para transferência definitiva dessas populações para outros locais ou a realização de obras para evitar ou reduzir os riscos.

19. Sugerir reestruturação do Conselho Nacional de Defesa ou Proteção Civil com vistas a seu efetivo funcionamento.

c) EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E SUA REGULAMENTAÇÃO

20. Alertar para a necessidade de completa revisão da Resolução nº 1.010, de 2005, do Confea, em função da saída dos Arquitetos do Sistema Confea/Crea, buscando fortalecimento e valorização das atribuições dos Engenheiros Civis

21. Reivindicar ao Confea que todas as disposições para aplicação da Resolução nº 1.010, de 2005, antes de serem implantadas passem por análise das entidades de classe registradas no Colégio de Entidades Nacionais (CDEN), com o propósito de reduzir riscos de inadequações ou impropriedades.

22. Retomar estudos sobre possível criação da Ordem Brasileira de Engenheiros Civis (OBENC), de acordo com novo cenário que se descortina com o surgimento dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo.

d) EM RELAÇÃO ÀS OBRAS PARA A COPA DO MUNDO DE 2014

23. Protestar contra regime diferenciado para contratação de obras consideradas de interesse para a Copa do Mundo de 2014, por representar desnecessária exceção.

e) EM RELAÇÃO AOS PRÓXIMOS CONGRESSOS

24. Indicar a cidade de Salvador para sede do 18º Congresso Brasileiro de Engenheiros Civis (18º CBENC), a ser organizado pela ABENC/BA, em 2012, e Brasília para sede do 19º CBENC, sob organização da ABENC/DF, em 2013.

O Portal do Engenheiro Civil

O Portal do Engenheiro Civil, a página oficial na internet da ABENC-BA, segue se expandindo em número de usuários e área de abrangência. Visite-o em www.abenc-ba.org.br.

Solicite nossos boletins eletrônicos enviando mensagem para portal@abenc-ba.org.br. Ponha esse endereço na sua lista de contatos para não ser confundido com spam.



4.490 visitas vieram de 18 países e 359 cidades. De 30/09 a 30/10/11

Pais	Visitas	Cidade	Visitas	Cidade	Visitas
Brasil	4370	São Paulo	572	João Pessoa	44
Portugal	42	Salvador	470	São Luís	40
Estados Unidos	25	Belo Horizonte	292	Aracaju	38
Não especificados	18	Rio de Janeiro	282	Joinville	36
Itália	8	Brasília	215	Maceló	34
Angola	6	Curitiba	121	Cascavel	34
Argentina	5	Porto Alegre	113	Ribeirão Preto	32
Espanha	4	Fortaleza	103	Maringá	32
Moçambique	3	Goiânia	91	Pres Prudente	30
Honduras	1	Florianópolis	90	Osasco	28
Irlanda	1	Campinas	90	Blumenau	28
Colômbia	1	Cuiabá	69	Uberlândia	24
Chile	1	Vitória	62	Palmas	24
Áustria	1	Natal	55	Santos	23
Dinamarca	1	Campo Grande	50	São B do Campo	23
Guiné-Bissau	1	Manaus	48	Não especificadas	23
Paraguai	1	Belém	47	São Carlos	22
Noruega	1	São J dos Campos	45	Campina Grande	22

Errata

No artigo intitulado SONDAgens DE SIMPLES RECONHECIMENTO COM SPT, publicado no número 12 deste Jornal, na 15ª e 16ª linhas do item 3.3., onde consta " -19/15; 16/15; 15/12 (soma dos numeradores igual a 50...) deve-se ler:

- 19/15; 16/15; 15/12 (soma dos numeradores igual a 50... de acordo com a NB-6484:2001, mas esses dados não são fornecidos. No perfil consta apenas 35; 31/27)"

Esta correção também foi efetuada no texto que está publicado no Portal do Engenheiro Civil (www.abenc-ba.org.br) no item de menu vertical Artigos de Colaboradores/Técnicos.

NOTAS

18º CBENC será na Bahia

Foi decidido, após disputada votação com a proposta da mesa da Plenária do 17º CBENC, que indicou Brasília para o próximo evento, que o 18º Congresso Brasileiro de Engenheiros Civis será realizado em Salvador e organizado pela ABENC-BA.

Pela magnitude e importância desse evento por conta do momento que passa a engenharia civil, a ABENC-BA tem certeza que contará com o apoio dos profissionais para a realização de

um grande congresso gerador de propostas efetivas que venham ao encontro de seus interesses.

Desde já, os que quiserem colaborar com participação pessoal ou sugestões de assuntos ou temas para o congresso já podem manter contato com a ABENC-BA.

Valor da ART limitado por lei

Foi sancionada em 28 de outubro de 2011 a Lei Nº 12.514, que trata, dentre outras questões, das con-

tribuições devidas aos conselhos profissionais em geral. Na nova lei, nenhuma ART poderá ter valor superior a R\$150,00.

É, inevitavelmente, uma vitória dos profissionais e empresas que são obrigados a registrar diversas ART. Falta agora se discutir outras questões como o destino dos recursos provenientes da ART, como, por exemplo, em maiores aplicações nas entidades representativas de profissionais responsáveis pelos recolhimentos.